Muda Gestão Socioambiental da Propriedade Ltda.

CNPJ/ME sob nº 10.652.751/0001-46 - NIRE: 35.223.059.411

15ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo identificadas, **Alexandre Furlan Braz**, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.224.230-X (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob nº nº 368.968.608-39, residente e domiciliado na Rua Marina Crespi, nº 195, Apto. 1.233, Mooca, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03112-090; e **Kely Evelyn Alexandre Silva**, brasileira, maior, solteira, gestora ambiental, portadora da Cédula de Identidade RG nº 47.170.249-3 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 400.304.528-99, residente e domiciliada na Rua Olívio D'Assunção Ferreira, 73, apto. 143 - Mooca, CEP 03167-090, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **Muda Gestão Socioambiental da Propriedade Ltda.**, com sede na Rua João Antônio de Oliveira, nº 453, Mooca, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03112-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.652.751/0001-46, com seu Contrato Social devidamente arquivado e registrado na **JUCESP** sob NIRE **35.223.059.411**, em sessão de 27/11/2015 e última alteração e consolidação de contrato social registrada sob o nº 162.052/24-8, em sessão de 08/05/2024; Resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e modificar o seu Contrato Social, pelo que o fazem mediante as cláusulas e condições adiante descritas, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:
1 - Transformação da Sociedade em Sociedade Anônima: 1.1. Considerando a necessidade de adequação da natureza jurídica da sociedade ao seu atual estágio de desenvolvimento, os sócios resolvem, por unanimidade, alterar o tipo societário da Sociedade e transformá-la em uma sociedade anônima fechada, independentemente de dissolução e liquidação, nos termos do artigo 1.113 do Código Civil e do artigo 220, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76. 1.2. A transformação observará os seguintes critérios: a) Aprovar a denominação social da Sociedade alterada para **"Muda Gestão Socioambiental da Propriedade S/A"**. b) o capital social atual, de R\$4.000.000 (quatro mil reais) dividido em 4.000 (quatro mil) quotas serão convertidas em 400.000 (quatrocentos mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). c) em razão da conversão de quotas em ações, aos sócios da Sociedade são conferidas a quantidade de 100 (cem) ações para cada 01 (uma) quota sob sua titularidade no momento imediatamente antes da transformação. Em consequência da conversão das quotas em ações, a participação do capital social, em comparação com a forma anteriormente fixada, poderá ser demonstrada conforme quadro a seguir:

Acionistas	Composição Anterior		Composição Atual	
	Nº de Quotas	Valor Total (R\$)	Nº de Ações Ordinárias	Valor Total (R\$)
Alexandre Furlan Braz	3.720	R\$ 3.720,00	372.000	R\$ 3.720,00
Kely Evelyn Alexandre Silva	280	R\$ 280,00	28.000	R\$ 280,00
	4.000	R\$ 4.000,00	400.000	R\$ 4.000,00

d) a sociedade anônima sofrerá alteração em seu objeto social, conforme estatuto social abaixo, mas manterá endereço, ativos, passivos, direitos e obrigações, continuando a ser a mesma pessoa jurídica para todos os fins de direito. e) aprovar o Estatuto Social da Sociedade, que compõe o Anexo II deste documento, verificando-se, assim, a observância de todas as formalidades legais e inexistência de oposição de qualquer dos acionistas em relação à transformação da Sociedade. f) Eleger, para um mandato unificado de 03 (três) anos, com os poderes e atribuições estabelecidos no Estatuto Social, os seguintes membros da diretoria: **Alexandre Furlan Braz**, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.224.230-X (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 368.968.608-39, residente e domiciliado na Rua Marina Crespi, nº 195, Apto. 1.233, Mooca, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03112-090 como Diretor Administrativo. **Kely Evelyn Alexandre Silva**, brasileira, maior, solteira, gestora ambiental, portadora da Cédula de Identidade RG nº 47.170.249-3 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 400.304.528-99, residente e domiciliada na Rua Olívio D'Assunção Ferreira, 73, apto. 143 - Mooca, CEP 03167-090, Cidade de São Paulo, como **Diretor de Operações**; Os diretores ora eleitos tomam posse mediante a assinatura do competente Termo de Posse constante do Anexo I e esta ata, declarando, sob as penas da lei, nos termos do art. 147 da Lei das S.A., e demais legislações aplicáveis, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, fe pública ou a propriedade e tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstância legalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou administração da Sociedade. Assinados os termos de posse, os diretores serão investidos em todos os poderes e atribuições estipulados pela lei e/ou pelo Estatuto Social da Sociedade, permanecendo em seus cargos até a posse dos membros da Diretoria que forem eleitos para lhes substituir.

g) Aprovar a remuneração global anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de um salário mínimo para cada diretor, à dos que diretores renunciam nesta data. h) aprovar a não instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei das S.A., e que o Conselho Fiscal não será instalado até que haja solicitação dos acionistas, na forma da lei. i) Antes de se proceder à leitura e aprovação da redação consolidada do Estatuto Social da Companhia, os acionistas resolvem aprovar o aumento de capital da Companhia mediante emissão de 28.449 (vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas por novos acionistas, na forma do Boletim de Subscrição constante do Anexo III desta ata. Os acionistas dispõem em apresentação de laudo de avaliação para a subscrição com bens, à unanimidade. O preço de emissão das referidas ações será de R\$10,945 por cada ação, totalizando uma emissão no montante de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), fixado conforme critério estabelecido no Art. 170, § 1º, inc. I, da Lei nº 6.404/1976, com expressa concordância e renúncia por parte dos demais acionistas. O valor total da emissão será destinado à composição do capital social da Companhia, na forma do art. 182, §1º, (a) da Lei das Sociedades por Ações. O caput do artigo 5º do Estatuto Social (Anexo II) consolidado passa a vigorar com a seguinte redação: *Art. 5. O Capital Social da Companhia é de R\$ 304.000,00 (trezentos e quatro mil reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado em dinheiro e em bens, dividido em 428.449 (quatrocentos e vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em via digital, na presença das testemunhas abaixo assinadas. São Paulo/SP, 17 de junho de 2024. Alexandre Furlan Braz; Kely Evelyn Alexandre Silva.* Testemunhas: Nome: **Arthur Caio Amarante Costa Paulino** - ID: 30.461.840-8 - CPF 228.915.898-40; Nome: **Josefa Maria Rodrigues** - ID: 32.328.580-6 - CPF 227.157.518-XX. Advogado Responsável: **Ricardo Rollo Duarte** - OAB/SP 235.166 - CPF/MF: 287.231.308-73. JUCESP nº 264.278/24-0 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. JUCESP/ NIRE S/A nº 3530064220-0 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo II - Estatuto Social - 1 - Denominação, Sede e Duração:** **Art. 1.** A Companhia é uma sociedade anônima e possui a denominação de **Muda Gestão Socioambiental da Propriedade S/A**, sendo regida pelas disposições da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo presente Estatuto Social. **Art. 2.** A Companhia tem sua sede na Rua João Antônio de Oliveira, nº 453, Mooca, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03111-010, podendo, mediante decisão da Diretoria, criar e extinguir filiais, escritórios e quaisquer estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Art. 3.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **II - Objeto Social:** **Art. 4.** A Companhia tem por objeto social a prestação de Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo; prestação de Serviços de coleta e remoção de resíduos recicláveis não perigosos; Apoio o desenvolvimento sustentável através da comercialização de Kits de caixas Plásticas e Containers de Materiais reciclados, coletores e digestoras; Gestão e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, relacionado com a conscientização do meio ambiente; e Fabricação de Lixivias Metálicas. **III - Capital Social e Ações:** **Art. 5.** O Capital Social da Companhia é de R\$9.662.000,00 (nove milhões seiscentos e sessenta e dois mil reais), dividido em 1.072.64 (um milhão setenta e duas mil cento e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia. As ações não serão representadas por cartelas. **Art. 6.** Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de ações a serem emitidas em aumentos de capital da Companhia na proporção do número de ações que possuírem, na forma do Artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decenal de 60 (sessenta) dias. **Parágrafo Primeiro.** Nos termos do § 1º do Artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, caso o capital venha a ser dividido em ações de diversas espécies ou classes, sendo aprovado aumento de capital por emissão de mais de uma espécie ou classe, observar-se-ão as seguintes normas: (i) no caso de aumento, na mesma proporção do número de ações de todas as espécies e classes existentes, cada acionista exercerá o direito de preferência sobre ações idênticas às de que for possuidor; (ii) se as ações emitidas forem de espécies e classes existentes, mas importarem alteração das respectivas proporções no capital social, a preferência será exercida sobre ações de espécies e classes idênticas às de que forem possuidores no capital aumentado, a mesma proporção que tinham no capital antes do aumento; e (iii) se houver emissão de ações de espécie ou classe diversa das existentes, cada acionista exercerá a preferência, na proporção do número de ações que possui, sobre ações de todas as espécies e classes do aumento. **Art. 7.** Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia e o acionista titular de ações ordinárias deverá observar as disposições previstas no Acordo de Acionistas, nos termos do Capítulo XX desta Estatuto Social.

IV - Assembleia Geral: **Art. 9.** A Assembleia Geral da Companhia reunir-se-á (i) ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social. A fim de discutir e deliberar as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim o exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, reputando-se regular, independentemente de quaisquer formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que comparecerem os seguintes representantes da maioria absoluta do capital da Companhia: **Art. 10.** Todas as deliberações ou resoluções dos acionistas em Assembleias Gerais da Companhia serão tomadas por maioria de votos, exceto nos casos em que a lei, o artigo 11 deste Estatuto Social ou Acordo de Acionistas estabelecerem quórum de deliberação mais elevado ou quórum qualificado. **Art. 11.** Compete à Assembleia Geral a aprovação das matérias previstas em lei ou neste Estatuto, mediante aprovação dos acionistas detentores de ações representativas da maioria absoluta do capital da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 12.** A Companhia será administrada por um Diretor. A Diretoria será constituída por no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral e com as atribuições previstas no artigo 14, parágrafo primo, abaixo, para o mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral fixará a remuneração da Diretoria da Companhia. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro competente, dentro de 30 (trinta) dias contados de sua eleição. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores serão dispensados de prestar caução para sua gestão. **Art. 13.** Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos de acordo com a sua própria indicação por outro Diretor. Em caso de vacância definitiva, a Assembleia Geral será convocada para imediatamente eleger o substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído. **Parágrafo Único.** Findo o prazo de gestão, os Diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos até nova eleição da Diretoria. **Art. 14.** Os Diretores representarão a Sociedade dentro dos limites estabelecidos neste estatuto devendo observar a política de mercado e diretrizes, metas e planos de negócios. **Parágrafo Primeiro.** Compete a cada Diretor especificamente as atribuições estabelecidas abaixo: I - Ao Diretor de Operações, compete conduzir, organizar, planejar e orientar as atividades da Companhia segundo os princípios da boa governança corporativa, bem como a direção das atividades e adequar, quando necessário, a gestão e andamento de processos e procedimentos operacionais; II - Ao Diretor Financeiro, compete conduzir as atividades financeiras da Companhia, cuidando da movimentação financeira monitorando indicadores econômicos e financeiros acompanhando os processos de auditoria interna e externa; III - Ao Diretor Adjunto, acompanhar as atividades da Diretoria e de modo geral, substituindo os Diretores em suas faltas ou impedimentos, além de desempenhar as atribuições que lhe forem delegadas expressamente pelos acionistas; IV - Ao Diretor Administrativo compete responder pela direção das atividades administrativas e de back office da Companhia, implantando sistemas de gestão, ajustes de fluxos de caixa, critérios orçamentários segundo os princípios da boa governança corporativa; V - Ao Diretor de Desenvolvimento de Negócios compete responder pela direção das atividades e políticas do departamento comercial, alinhando com a área operacional aos objetivos estratégicos da empresa, avaliando resultados, acompanhando indicadores de desempenho e desenvolvendo plano de negócios para cumprir metas garantido rentabilidade e desenvolvimento. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores receberão um "pró-labore" mensal, que será fixado de comum acordo, e poderá a critério da empresa ser pago por ela ou diretamente pela sócia controladora ou suas coligadas e subsidiárias. **Art. 15.** A Companhia será administrada sempre por 03 (três) Diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor de Novos Negócios, o outro o Diretor Financeiro ou Diretor Adjunto e o terceiro deles o Diretor Administrativo ou o Diretor de Operações, independentemente da ordem aqui estabelecida. **Art. 16.** Quaisquer atos praticados pelos Diretores ou procuradores em desconformidade com este Estatuto Social e com a lei reputar-se-ão nulos de pleno direito e não obrigarão a Companhia. **VI - Conselho Fiscal:** **Art. 17.** O Conselho Fiscal da Companhia não terá funcionamento permanente e somente será instalado quando por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral, nas condições definidas no Capítulo XIII, da Lei das Sociedades por Ações, com as atribuições, competências, responsabilidades e deveres definidos no dispositivo legal supracitado. **Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo Segundo.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo Terceiro.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançada no livro próprio. **VII - Exercício Social e Balanço:** **Art. 18.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 19.** Observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deverá distribuir com dividendos, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, sendo certo que um percentual maior poderá ser distribuído se decidido por deliberação da Assembleia Geral de acionistas. **Art. 20.** A Companhia poderá elaborar balanços intermediários com periodicidade inferior a um ano e por deliberação da Assembleia Geral de acionistas, declarar e distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta de reservas de lucros. **VIII - Dissolução e Liquidação:** **Art. 21.** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. **X - Acordo de Acionistas:** **Art. 22.** O Acordo de Acionistas, devidamente identificado e arquivado na sede da Companhia, que estabeleça as condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência na aquisição dessas, o exercício do direito de voto ou do poder de controle, bem como quaisquer outras avenças de interesse dos acionistas, obedecida a legislação, será sempre observado pela Companhia. **Art. 23.** As obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros, conforme previsto no art. 118 da Lei nº 6.404/76. **Art. 24.** Os administradores da Companhia zelarão pela observância dos acordos de acionistas e o presidente da Assembleia Geral, quando for o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista em contrariedade aos termos de tais acordos. **XI - Solução de Conflitos:** **Art. 25.** As Partes evitarão todos os seus esforços para se compor amigavelmente evitando qualquer divergência que entre elas possa surgir em relação ao presente Contrato. Verificada, contudo, divergência ou impossibilidade de composição amigável, as Partes elegerão o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo/SP, 19 de junho de 2024.

Jornal O DIA SP

Muda Gestão Socioambiental da Propriedade S/A

Companhia Fechada - CNPJ/ME sob nº 10.652.751/0001-46

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Junho de 2024

Data, Hora e Local: Aos 19 de junho de 2024 às 14:00 horas, na sede da **Muda Gestão Socioambiental da Propriedade S/A** ("Companhia"), localizada na Rua João Antônio de Oliveira, nº 453, Mooca, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03111-010. **Presença:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, conforme consta do Livro de Presença de Acionistas. **Convocação/Publicações:** Dispensada a convocação e publicação de anúncios em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o Art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. A presente ata será lavrada e publicada na forma sumária, conforme faculta o Art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Por indicação dos acionistas presentes, assumiu os trabalhos na qualidade de Presidente da Mesa, **Alexandre Furlan Braz** que convidou **Kely Evelyn Alexandre Silva** para Secretária da Mesa. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento de capital social, com emissão de novas ações da Companhia, subscritas exclusivamente por novo acionista e a serem integralizadas em moeda corrente nacional, com a consequente alteração dos Art. 5º do Estatuto Social da Companhia; (ii) alteração da denominação social da Companhia; (iii) reforma de todo o Estatuto Social da Companhia, com alteração da estrutura, poderes e composição da Diretoria da Companhia; (iv) eleição dos novos membros da Diretoria e fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia. **Leitura de Documentos e Lavatura da Ata:** Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia, e autorizada a lavatura desta ata na forma de sumário, nos termos do Art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções, deliberaram: (i) **Aprovar** o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão pela Companhia de 643.715 (seiscentas e quarenta e três mil setecentas e quinze) novas ações ordinárias, nominativas, indivisíveis e sem valor nominal, subscritas exclusivamente pela **Ambipar Environmental Machines S/A**, sociedade anônima, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 21.000.046/0001-80, com sede na Avenida Angélica nº 2.346, 5º Andar, conjunto 51 sala 3, Consolação, CEP: 01228-200, registrada na Junta Comercial de São Paulo sob o nº 25228646374, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Ambipar") e que ingressa nesta data na qualidade de novo acionista da Companhia, conforme Boletim de Subscrição que, autenticado pela Mesa, compõe o Anexo I desta Ata. O preço de emissão das referidas ações ordinárias será de R\$14,5375, totalizando o montante de R\$ 9.358.000,00 (nove milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais), fixado conforme critério estabelecido no Art. 170, § 1º, inc. I, da Lei nº 6.404/1976, e foi totalmente integralizado pela Ambipar nesta data à vista e em moeda corrente nacional, pelo valor total de R\$ 9.358.000,00 (nove milhões trezentos e cinquenta e oito mil reais). As novas ações ordinárias emitidas terão os direitos que lhes são conferidos pelo Estatuto Social da Companhia, conforme alterado e consolidado por esta Assembleia Geral, e conferido ao seu titular direito sobre todos os lucros acumulados, reservas, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos e demais benefícios a serem declarados pela Companhia a partir da presente data. O aumento do capital social da Companhia é realizado com a anulação e renúncia expressa pela unanimidade dos atuais acionistas ao direito de preferência previsto no Art. 171 da Lei 6.404/76. Em consequência do presente aumento de capital social, a redação dos artigos 6º e 8º do Estatuto Social passam a ter nova redação, conforme consolidação do Estatuto Social da Companhia que, autenticado pela Mesa, compõe o Anexo II desta Ata. (ii) **Aprovar** a alteração da denominação social da Companhia, para **"Ambipar Environment Residential Collection S/A"**. (iii) **Aprovar** a reforma integral do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, com alteração da denominação social, conforme Anexo II desta Ata, o qual é cópia fiel do texto transcrito e assinado no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia, já incorporando as alterações relativas ao aumento de capital social da Companhia deliberado e aprovado nesta Assembleia Geral, bem como as demais deliberações aprovadas pelos acionistas e descritas nesta Ata. (iv) **Aprovar** a eleição dos seguintes novos diretores: Diretor Financeiro: **Thiago da Costa Silva**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de Identidade RG nº 33.107.860-0, inscrito perante o CPF/MF sob o nº 224.653.698-73, residente no Município de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rua Guarantã, nº 81, Jardim Alvorada, SP/SP inscrita no CPF/MF sob o nº 126.428.758-57, residente e domiciliada na Rua Manoel dos Reis, nº 95, Bairro São Miguel Paulista, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP 08090-060; Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios: **Eliege Lagrotta Nassar Cury**, brasileiro, solteiro, nascido em 14 de março de 1990, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.717.702-55P/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 377.876.268-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 08090-060; Diretor de Operações: **Kely Evelyn Alexandre Silva**, brasileira, maior, solteira, gestora ambiental, portadora da cédula de Identidade RG nº 47.170.249-3 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 400.304.528-99, residente e domiciliada na Rua Olívio D'Assunção Ferreira, 73, apto. 143 - Mooca, CEP 03167-090, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; • **Diretor Administrativo:** **Alexandre Furlan Braz**, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.224.230-X (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 368.968.608-39, residente e domiciliado na Rua Marina Crespi, nº 195, Apto. 1.233, Mooca, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03112-090 como Diretor Administrativo. • **Diretor de Operações:** **Kely Evelyn Alexandre Silva**, brasileira, maior, solteira, gestora ambiental, portadora da Cédula de Identidade RG nº 47.170.249-3 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 400.304.528-99, residente e domiciliada na Rua Olívio D'Assunção Ferreira, 73, apto. 143 - Mooca, CEP 03167-090, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; • **Diretor Financeiro:** **Thiago da Costa Silva**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de Identidade RG nº 33.107.860-0, inscrito perante o CPF/MF sob o nº 224.653.698-73, residente no Município de Nova Odessa, Estado de São Paulo, na Rua Guarantã, nº 81, Jardim Alvorada, SP/SP. (v) **Diretor Adjunta - Sra. Luciana Freire Barca Nascimento**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de Identidade RG nº 20.414.301-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 126.428.758-57, residente e domiciliada na Rua Manoel dos Reis, nº 95, Bairro São Miguel Paulista, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP 08090-060; Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios: **Eliege Lagrotta Nassar Cury**, brasileiro, solteiro, nascido em 14 de março de 1.990, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.717.702-55P/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 377.876.268-01, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Professor Ladislau Peter, 80, Casa 05, Bairro Jardim Everest, CEP 05.602-060. (i) **Aprovar** a remuneração global anual dos administradores de empresas, portadora da cédula de Identidade RG nº 20.414.301-9 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 126.428.758-57, residente e domiciliada na Rua Manoel dos Reis, nº 95, Bairro São Miguel Paulista, no município de São Paulo, na forma da lei e para os devidos fins legais. **Encerramento e Assinatura dos Presentes:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, depois de lida aos acionistas e demais presentes, foi aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. São Paulo, 19 de junho de 2024. **Mesa:** **Alexandre Furlan Braz** - Presidente da Mesa; **Kely Evelyn Alexandre Silva** - Secretária da Mesa. **Acionistas:** **Alexandre Furlan Braz**, **Kely Evelyn Alexandre**, **Renato Kocubaj Soriano**, **Ilan Rfyer** e **Ambipar Environmental Machines S/A**, por Thiago da Costa Silva e Felipe Lagrotta Nassar Cury. JUCESP nº 337.288/24-0 em 09/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo II - 1 - Denominação, Sede e Duração:** **Art. 1.** A Companhia é uma sociedade anônima e possui a denominação de **Ambipar Environment Residential Collection S/A**, sendo regida pelas disposições da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo presente Estatuto Social. **Art. 2.** A Companhia tem sua sede na Rua João Antônio de Oliveira, nº 453, Mooca, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03111-010, podendo, mediante decisão da Diretoria, criar e extinguir filiais, escritórios e quaisquer estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Art. 3.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **II - Objeto Social:** **Art. 4.** A Companhia tem por objeto social a prestação de Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo; prestação de Serviços de coleta e remoção de resíduos recicláveis não perigosos; apoiar o desenvolvimento sustentável através da comercialização de Kits de caixas Plásticas e Containers de Materiais reciclados, coletores e digestoras; Gestão e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, relacionado com a conscientização do meio ambiente; e Fabricação de Lixivias Metálicas. **III - Capital Social e Ações:** **Art. 5.** O Capital Social da Companhia é de R\$9.662.000,00 (nove milhões seiscentos e sessenta e dois mil reais), dividido em 1.072.64 (um milhão setenta e duas mil cento e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia. As ações não serão representadas por cartelas. **Art. 6.** Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de ações a serem emitidas em aumentos de capital da Companhia na proporção do número de ações que possuírem, na forma do Artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decenal de 60 (sessenta) dias. **Parágrafo Primeiro.** Nos termos do § 1º do Artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, caso o capital venha a ser dividido em ações de diversas espécies ou classes, sendo aprovado aumento de capital por emissão de mais de uma espécie ou classe, observar-se-ão as seguintes normas: (i) no caso de aumento, na mesma proporção do número de ações de todas as espécies e classes existentes, cada acionista exercerá o direito de preferência sobre ações idênticas às de que for possuidor; (ii) se as ações emitidas forem de espécies e classes existentes, mas importarem alteração das respectivas proporções no capital social, a preferência será exercida sobre ações de espécies e classes idênticas às de que forem possuidores no capital aumentado, a mesma proporção que tinham no capital antes do aumento; e (iii) se houver emissão de ações de espécie ou classe diversa das existentes, cada acionista exercerá a preferência, na proporção do número de ações que possui, sobre ações de todas as espécies e classes do aumento. **Art. 7.** Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. **Art. 8.** Os Acionistas deverão respeitar as regras de transferência de ações previstas no Acordo de Acionistas. **IV - Assembleia Geral:** **Art. 9.** A Assembleia Geral da Companhia reunir-se-á (i) ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social. A fim de discutir e deliberar as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim o exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será convocada na forma da lei, reputando-se regular, independentemente de quaisquer formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que compareceram os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo.** Os acionistas da Companhia poderão fazer-se representar por mandatários nomeados na forma do Parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Art. 10.** Todas as deliberações ou resoluções dos acionistas em Assembleias Gerais da Companhia serão tomadas por maioria de votos, exceto nos casos em que a lei, o artigo 11 deste Estatuto Social ou Acordo de Acionistas estabelecerem quórum de deliberação mais elevado ou quórum qualificado. **Art. 11.** Compete à Assembleia Geral a aprovação das matérias previstas em lei ou neste Estatuto, mediante aprovação dos acionistas detentores de ações representativas da maioria absoluta do capital da Companhia. **Art. 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. A Diretoria será constituída por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral e com as atribuições previstas no artigo 14, parágrafo primo, abaixo, para o mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral fixará a remuneração da Diretoria da Companhia. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro competente, dentro de 30 (trinta) dias contados de sua eleição. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores serão dispensados de prestar caução para sua gestão. **Art. 13.** Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos de acordo com a sua própria indicação por outro Diretor. Em caso de vacância definitiva, a Assembleia Geral será convocada para imediatamente eleger o substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído. **Parágrafo Único.** Findo o prazo de gestão, os Diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos até nova eleição da Diretoria. **Art. 14.** Os Diretores representarão a Sociedade dentro dos limites estabelecidos neste estatuto devendo observar a política de mercado e diretrizes, metas e planos de negócios. **Parágrafo Primeiro.** Compete a cada Diretor especificamente as atribuições estabelecidas abaixo: **I - Ao Diretor de Operações, compete conduzir, organizar, planejar e orientar as atividades da Companhia segundo os princípios da boa governança corporativa, bem como a direção das atividades e adequar, quando necessário, a gestão e andamento de processos e procedimentos operacionais; II - Ao Diretor Financeiro, compete conduzir as atividades financeiras da Companhia, cuidando da movimentação financeira monitorando indicadores econômicos e financeiros acompanhando os processos de auditoria interna e externa; III - Ao Diretor Adjunto, acompanhar as atividades da Diretoria e de modo geral, substituindo os Diretores em suas faltas ou impedimentos, além de desempenhar as atribuições que lhe forem delegadas expressamente pelos acionistas; IV - Ao Diretor Administrativo compete responder pela direção das atividades administrativas e de back office da Companhia, implantando sistemas de gestão, ajustes de fluxos de caixa, critérios orçamentários segundo os princípios da boa governança corporativa; V - Ao Diretor de Desenvolvimento de Negócios compete responder pela direção das atividades e políticas do departamento comercial, alinhando com a área operacional aos objetivos estratégicos da empresa, avaliando resultados, acompanhando indicadores de desempenho e desenvolvendo plano de negócios para cumprir metas garantido rentabilidade e desenvolvimento. **Parágrafo Segundo.** Os Diretores receberão um "pró-labore" mensal, que será fixado de comum acordo, e poderá a critério da empresa ser pago por ela ou diretamente pela sócia controladora ou suas coligadas e subsidiárias. **Art. 15.** A Companhia será administrada sempre por 03 (três) Diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor de Novos Negócios, o outro o Diretor Financeiro ou Diretor Adjunto e o terceiro deles o Diretor Administrativo ou o Diretor de Operações, independentemente da ordem aqui estabelecida. **Art. 16.** Quaisquer atos praticados pelos Diretores ou procuradores em desconformidade com este Estatuto Social e com a lei reputar-se-ão nulos de pleno direito e não obrigarão a Companhia. **VI - Conselho Fiscal:** **Art. 17.** O Conselho Fiscal da Companhia não terá funcionamento permanente e somente será instalado quando por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral, nas condições definidas no Capítulo XIII, da Lei das Sociedades por Ações, com as atribuições, competências, responsabilidades e deveres definidos no dispositivo legal supracitado. **Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo Segundo.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo Terceiro.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançada no livro próprio. **VII - Exercício Social e Balanço:** **Art. 18.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 19.** Observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deverá distribuir com dividendos, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, sendo certo que um percentual maior poderá ser distribuído se decidido por deliberação da Assembleia Geral de acionistas. **Art. 20.** A Companhia poderá elaborar balanços intermediários com periodicidade inferior a um ano e por deliberação da Assembleia Geral de acionistas, declarar e distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta de reservas de lucros. **VIII - Dissolução e Liquidação:** **Art. 21.** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. **IX - Foro e Acordo de Acionistas:** **Art. 22.** As obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros, conforme previsto no art. 118 da Lei nº 6.404/76. **Art. 23.** Os administradores da Companhia zelarão pela observância dos acordos de acionistas e o presidente da Assembleia Geral, quando for o caso, deverá declarar a invalidade do voto proferido pelo acionista em contrariedade aos termos de tais acordos. **XI - Solução de Conflitos:** **Art. 25.** As Partes evitarão todos os seus esforços para se compor amigavelmente evitando qualquer divergência que entre elas possa surgir em relação ao presente Contrato. Verificada, contudo, divergência ou impossibilidade de composição amigável, as Partes elegerão o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo/SP, 19 de junho de 2024.**

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/7DA2-1A07-C5F2-3B40> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7DA2-1A07-C5F2-3B40

Hash do Documento

BC3110A476E0941A071825329F776CED0AB35FC921E53DC0333ABE3962E7A5A6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/06/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 27/06/2025 00:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24